

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

IMPrensa E POLÍTICA: REPRESENTAÇÕES SOBRE A ABOLIÇÃO NAS
PÁGINAS DO JORNAL *A REDEMPÇÃO* (1888)

BAURU

2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

IMPrensa E POLÍtica: REPRESENTAÇÕES SOBRE A ABOLIÇÃO NAS
PÁGINAS DO JORNAL *A REDEMPÇÃO* (1888)

Monografia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC apresentado à Coordenadoria Geral de Extensão do Centro Universitário Sagrado Coração, sob orientação do Prof. Dr. Roger Marcelo Martins Gomes, vinculado à área de Ciências Humanas, do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO) Bauru/SP.

BAURU

2021

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de
acordo com ISBD

Corrêa, Matheus

C824i

Imprensa e política: representações sobre a abolição
nas páginas do jornal A Redempção (1888) / Matheus
Corrêa. -- 2021.

35f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Roger Marcelo Martins Gomes

Monografia (Iniciação Científica em História) - Centro
Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru
- SP

Elaborado por Lidiane Silva Lima - CRB-8/9602

Dedico este trabalho a mim, por toda
a luta para realização do mesmo.

AGRADECIMENTOS

A questão da escravidão no Brasil é muito complexa. Fazer ciência no Brasil atual é muito complexo, desvalorização da pesquisa científica, a luta pra ser Historiador, e poder ver um trabalho científico sendo regido por mim é muito gratificante, com todo suporte e apoio de meu orientador professor Dr. Roger Marcelo Martins Gomes, que soube ter paciência nos meus momentos de dificuldades, e pôde me instruir da melhor forma possível, com todo seu imenso conhecimento e disposição, não foi tarefa fácil, mas conseguimos.

Agradeço ao Centro Universitário do Sagrado Coração por oferecer a possibilidade da produção científica através do projeto de Iniciação Científica (IC), bem como a disponibilização de documentos necessários, e todo suporte e amparo da instituição, contando com diversos professores excelentes que nos trazem diversos conhecimentos e reflexões.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos que me ouviram quando surgiam ideias, a cada nova descoberta na análise do periódico, também agradecer a minha família por ter me incentivado tanto na busca pelos estudos, sempre me guiaram para o caminho do aprendizado, com todas nossas dificuldades e necessidades sempre me fizeram buscar o conhecimento, agradeço a Sara por cada participação direta em meu trabalho e em minha vida, a cada correção da ABNT, a cada correção de ortografia, você me fez caminhar, não me deixou desistir nos momentos que eu mais me sentia perdido. Cada pessoa, instituição que aqui foram citados, são de grande importância para o resultado final deste trabalho, sou muito grato a todos.

RESUMO DA PESQUISA

Ao longo do século XIX, principalmente na década de 1880, ocorreu uma luta incessante contra a escravidão no Brasil. Nas páginas dos Jornais estavam os debates sobre a abolição da escravidão, contando com a opinião de todos os partidos da época, expressando suas ideias para o fim do cativo, e até mesmo aqueles que defendiam a existência do mesmo. O movimento abolicionista crescia, jornais eram criados exclusivamente para apresentar os ideais abolicionistas, grandes nomes do abolicionismo faziam parte deste meio, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Antônio Bento, etc. Este processo instigou nesta pesquisa buscar compreender como a imprensa fez à época representações sobre a Abolição, o impresso escolhido é *A Redempção*. Desta forma, o objetivo principal está na análise das representações sobre a abolição no ano de 1888. Ainda, nesta pesquisa, será avaliado o debate historiográfico sobre o abolicionismo, analisando o contexto político-social escravista no Brasil. Por conseguinte, será identificada a diagramação, a estrutura e as posições dos colaboradores do Jornal *A Redempção*. No primeiro contato com o Jornal foi possível perceber divergências e conflitos nas posições dos colaboradores do periódico, mas finalizado a pesquisa foi possível identificar que haviam sim divergentes opiniões, mas todas estavam ligadas ao fim do cativo imediato.

Palavras-chave: Abolição; Representações; Imprensa; *A Redempção*.

ABSTRACT

Throughout the 19th century, especially in the 1880s, there was an incessant struggle against slavery in Brazil. In the pages of the newspapers were debates about the abolition of slavery, counting on the opinion of all political parties the time, expressing their ideas for the end of captivity, and even those who defended its existence. The abolitionist movement grew, newspapers were created exclusively to present abolitionist ideals, great names in abolitionism were part of this medium, such as Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Antônio Bento, etc. This process prompted this research to seek to understand how the press made representations about Abolition at the time, the chosen printed is the A Redempção. Thus, the main objective is the analysis of representations about abolition in the year 1888. Still, in this research, the historiographical debate on abolitionism will be evaluated, analyzing the social and political context of slavery in Brazil. Therefore, the layout, structure and political positions of collaborators of the Jornal A Redempção will be identified.. In the first contact with the Journal, it was possible to notice divergences and conflicts in the positions of the journal's collaborators, but a survey was completed to identify that there were notable divergences, but all the connections immediately connected to the end of captivity.

Keywords: Abolition; Representations; Press; Redemption.

SUMARIO

1.0 – INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Revisão da Literatura.....	5
1.2 Objetivos.....	8
1.3 Justificativa.....	9
2.0 – MATERIAIS E MÉTODOS.....	9
3.0 – RESULTADOS.....	11
3.1 – <i>A Redempção: folha abolicionista, comercial e noticiosa</i>	11
3.2 – Diretores e Conselho Editorial.....	12
3.3 – Colaboradores.....	13
3.4 – Abolição.....	13
4.0 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	17
4.1 – <i>A Redempção: folha abolicionista, comercial e noticiosa</i>	17
4.2 – Crise.....	18
4.3 – Lei dos Sexagenários.....	20
4.4 – Representações sobre a Abolição.....	21
Considerações Finais.....	23
FONTES.....	25
REFERÊNCIAS.....	25
ANEXOS.....	27

1.0 – INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscaremos analisar como a Abolição foi representada pelo Jornal *A Redempção*, um periódico abolicionista que nos permitiu visualizar o debate acalorado no ano de 1888 sobre o fim da escravidão. Introduzida no Brasil desde sua origem pelos portugueses, a escravidão fez parte de nossa realidade, o trabalho do negro africano, como escravo se difundiu principalmente na área agrícola como a monocultura da cana-de-açúcar e posteriormente na do tabaco, algodão e café. Os escravos africanos também desempenharam serviços domésticos, foram vendedores, barqueiros, artesãos e uma miríade de ofícios na história do Brasil.

Prática comum, a escravidão foi utilizada em quase todas as atividades econômicas do Brasil, a ponto de se identificar, na colônia trabalho manual com o trabalho escravo, agravando o preconceito que o colono já trazia de Portugal. (NINA, 2010. p. 63).

Alimentado constantemente pelo lucrativo tráfico negreiro no Atlântico, o trabalho escravo se consolidou e durou até o século XIX na sociedade brasileira. O negro africano viveu sob péssimas condições de vida e trabalho, alijado de seus direitos e privando de suas formas de expressões, conseguiu manter aspectos de sua cultura no cotidiano brasileiro, como aponta Agostini (2007) o uso do cachimbo pelos escravos diz muito a respeito de sua cultura trazida da África, pois neles estavam traços de sua cultura que faziam desta, uma ação de resistência, mesmo que sutil. É importante ressaltar que a presente pesquisa enfocará o final da escravidão no Brasil, isto é, a escravidão no século XIX.

No século XIX a escravidão entrou em crise, justamente no momento em que a economia cafeeira crescia devido a demanda internacional. Os preços do café mundo a fora estavam subindo na medida em que o consumo aumentava. Esta expansão da cafeicultura foi um dos desdobramentos da Revolução Industrial, o consumo do café, uma bebida estimulante, seria indispensável para manter o operário produtivo.

A expansão da cafeicultura permitiu muitas mudanças no Brasil, nos transportes, a ferrovia seria fundamental, os trilhos da D. Pedro II e da São Paulo

Railway foram se expandindo até chegarem ao Vale do Paraíba (MARQUESE, 2018), região que absorvia cada vez mais escravos em suas lavouras que não se isentava da precariedade do trabalho. Com esta precariedade, a insatisfação dos escravos e a defesa do fim do cativeiro aumentava, surgindo maior oposição ao sistema escravista, fortalecendo os movimentos abolicionistas.

Em meio a essa sociedade dividida entre abolicionistas e escravagistas no século XIX, vão surgindo diversos discursos sobre a abolição da escravidão. Vários grupos abolicionistas discutiam como a escravidão deveria ser feita, perceberam que o meio importante para divulgar suas ideias seria o impresso como, por exemplo, o Jornal *A Redempção*.

Para alguns historiadores a crise do escravismo foi potencializada com a Lei Euzébio de Queirós. Uma lei que determinou o desenrolar da sociedade brasileira à época. Aprovada em 1850, a Lei Euzébio de Queirós proibia o tráfico de escravos africanos, mas não a escravidão, situação que levou as regiões mais dinâmicas como o Vale do Paraíba a comprar negros escravos do Norte do país (OTSUKA, 2018). Com o fim do tráfico negreiro, o problema da mão-de-obra nas lavouras cafeeiras aumentava enquanto os fazendeiros e o governo discutiam alternativas a este problema, o movimento abolicionista crescia no país.

Neste contexto, é preciso considerar uma lei que fora aprovada e que se tornou um dos aspectos essenciais para entender os movimentos abolicionistas, a Lei do Ventre Livre de 1871, que determinava que aqueles nascidos pós a data de 28 de setembro de 1871, fossem considerados homens livres e deveriam após seus 8 anos serem “entregues” ao governo público que indenizariam estas crianças nascidas como “livres”. Porém, não foi o que aconteceu, mesmo tendo completados os 8 anos, os senhores de terras mantinham estas crianças em suas fazendas, incorporando-as ao trabalho escravo, o que tornava a lei letra morta. Como aponta Cardia (2017) os senhores poderiam entregar o menor ao governo, com direito a uma indenização, ou utilizar seus serviços até os 21 anos. Esta forma do governo protelar o fim da escravidão levou os movimentos abolicionistas a ganharem mais força e mais determinados a lutar contra o cativeiro, pois nota-se que foi apenas uma lei para uma tentativa de “acalmar” os abolicionistas, para prorrogar o máximo possível a abolição.

Ainda neste contexto de crise escravista foi elaborada a Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida também como Lei dos Sexagenários, esta lei levou a divisão dos grupos abolicionistas. Foi uma lei que determinou que o escravo com idade a partir de 60 anos estariam alforriados, desde que prestassem mais três anos de serviço ao senhor, ou completasse 65 anos, ou seja, foi uma lei criada por pressão parlamentar, quando existiam muita pressão dos movimentos abolicionistas e dessa forma os senhores tentaram modelar esta lei de uma forma que pudesse beneficiá-los.

Numa realidade em que os negros escravos se encontravam em cativeiros e sofriam diversos abusos, violência e sua expectativa de vida não passava dos 40 anos, pode-se inferir que foi um Lei que não saiu do papel, na verdade foi apenas uma lei criada para que pudesse acalmar os nervos dos movimentos abolicionistas.

A ideia abolicionista se consolidava cada vez mais na sociedade brasileira, inúmeras associações abolicionistas foram criadas, mas é importante dizer que entre elas existiam divergências na forma de operar e na forma em que se acreditava como a abolição seria alcançada. Separados em grupos mais radicais e aqueles que estavam mais ligados a aspectos legais, ligados ao Parlamento. Este grupo mais moderado buscava, através de processos judiciais, efetivar a abolição, e utilizavam dos jornais da época para a divulgação de suas ideias abolicionistas.

No quesito mais radical, é perceptível uma ação que incomodara aqueles senhores de terras. Segundo Otsuka (2018) estes abolicionistas radicais, buscavam através de práticas ilegais à época fazer com que os escravos se libertassem destes cativeiros. Eles buscavam através de suas reuniões organizar e elaborar estratégias para que os escravos pudessem fugir e que após a fuga, pudessem ter um lugar para ficarem, não somente fazer com que eles apenas fugissem do cativeiro, mas que pudessem seguir suas vidas pós fuga. O cuidado com a pós-fuga era necessário, pois havia os capitães do mato, aqueles capatazes dos senhores que faziam a busca e apreensão de escravos. Consequentemente diversos quilombos foram criados para abrigar estes ex escravos. Mas, era na imprensa abolicionista que continuava o debate sobre as

fugas dos escravos, o que nos leva a pensar como foi representada a abolição pelos impressos da época.

O impresso utilizado para a presente pesquisa será o Jornal *A Redempção* em suas edições de 1888. *A Redempção* foi criado por Antonio Bento em 1887, tendo sua primeira publicação em 2 de janeiro de 1887, o jornal continuou suas publicações bissemanais até dia 13 de maio de 1888, data significativa, pois se referia a aprovação da Lei Aurea, que propunha o fim da escravidão em território brasileiro, assinado pela Princesa Isabel. Interessante que após Lei Áurea, o impresso passou apenas a publicar edições especiais, sempre no dia 13 de maio, fazendo com que fossem edições comemorativas à promulgação da Lei.

Como base teórica-metodológica buscaremos conceitos da História Cultural e da História da Imprensa. Da História Cultural buscaremos o conceito de representação, segundo Chartier (2002) a representação se dá pela práticas sociais que são realizadas por um grupo, o que nos embasa para investigar como *A Redempção* representou o abolicionismo em 1888. A análise destes debates e como estava sendo representada a abolição no Estado de São Paulo, trouxe um grande desafio que propomos investigar. Debruçados sobre o impresso *A Redempção*, fora feita uma investigação minuciosa, deixando-nos com grande expectativa para o resultado que iremos obter sobre as representações da abolição.

1.1 – Revisão da Literatura

A escravidão no Brasil tem seu início por volta do século XVI, desde então a vida destes escravos tem sofrido com diversas questões, a opressão, as torturas sofridas, o árduo trabalho escravo, a luta diária contra esta instituição que perdurou por três séculos, até a então promulgação da Abolição da escravidão no ano de 1888. Como aponta Alencastro (...), no Brasil em cerca de 14910 viagens que ocorreram nestes três séculos de escravidão, o número de escravos desembarcados no Brasil chegou à 4,8 milhões de escravos negros.

A escravidão no Brasil durante estes três séculos passou por transformações, tanto em sua estrutura, bem como os trabalhos exercidos pelos

escravos, por ser um período tão longo, perpassando por diferentes ciclos econômicos no Brasil, como aponta Alencastro, desde 1550 até 1850 todos os “ciclos” econômicos do Brasil, açúcar, ouro e café, derivam do trabalho escravo trazido pelos traficantes.

Prática comum, a escravidão foi utilizada em quase todas as atividades econômicas do Brasil, a ponto de se identificar, na colônia trabalho manual com o trabalho escravo, agravando o preconceito que o colono já trazia de Portugal. (NINA, 2010. P. 63)

Durante os três séculos de escravidão surgiram algumas leis que estavam diretamente ligadas à estas questões, no ano de 1831 fora proposta a primeira lei nacional sobre a escravidão, especificamente tratando do tráfico negreiro, está por sua vez não teve sua legitimidade assegurada, apelidando-a “lei para inglês ver”. Como sugere Mamigonian e Grinberg (2018) essa lei teve além da intenção de enganar os ingleses (que estavam fazendo pressão a respeito do tráfico de escravos), também foi referência nos embates políticos e jurídicos, estando ligada ao debate sobre a legalidade da escravidão brasileira.

Nos primeiros anos da promulgação da Lei de 1831, ocorreram diversas apreensões, vários escravos libertos, uma boa fiscalização por parte das autoridades, porém houve uma retomada mais expressiva destes negreiros, o que acarretou num crescimento do movimento entre os escravagistas, principalmente nas áreas em que a cafeicultura se desenvolvia, como aponta Marquese (2018), a expansão da cafeicultura permitiu muitas mudanças no Brasil, nos transportes, a ferrovia, os trilhos da D. Pedro II e da São Paulo Railway foram se expandindo até chegarem ao Vale do Paraíba.

Anos depois houve mais tensões entre Brasil e Inglaterra, principalmente com a criação do *Bill Aberdeen* (1845), esta lei como aponta Santos e Magalhães (2013) autorizava a ação das comissões mistas anglo-brasileiras para julgar os negreiros brasileiros, se condenados, estariam sob jurisdição da marinha inglesa ou demolidos. O que resultou numa ação brasileira, que propunha o próprio combate ao tráfico negreiro em suas terras e a proteção dada aos traficantes, estas mudanças se deram a partir da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que

propunha esquecer o passado e proteger a escravidão (MAMIGONIAN, GRINBERG,2018, p. 304)

Como aponta Mendonça (2018), em 1865 D. Pedro II havia encomendado com José Antônio Pimenta Bueno, um estudo que propôs-se por medidas legais a emancipação dos escravos. O trabalho encomendado como sugere Mendonça (2018) estava pronto e a ideia central era libertar os filhos de escravas que viessem a nascer após a vigência das medidas estabelecidas, porém, não viam esta ideia da emancipação por vias legais como uma boa decisão, resultando num atraso da promulgação deste documento, tendo sido guardado até 1871.

A lei no Brasil entrou em vigor em 28 de setembro de 1871, e tinha uma série de outros dispositivos além da liberdade tutelada do ventre. Ela reiterou procedimentos que já haviam sido legalizados em 1869, proibindo que a venda separasse cônjuges escravos ou filhos menores de quinze anos de seus pais ou mães. Criou um Fundo de Emancipação, para promover alforrias nos municípios, com recursos advindos de impostos e rendas de loterias. Obrigou a realização de uma matrícula dos escravos de todo o país e determinou que aqueles que não fossem matriculados pelos senhores seriam considerados livres. O texto legal estipulou também que os cativos que possuíssem uma quantia em dinheiro com a qual lhes fosse possível comprar alforria tinham direito a tal, sem que os senhores a isso pudessem se opor. (MENDONÇA, 2018, p 296)

Estas novas circunstâncias a serem seguidas tiveram seus aspectos positivos e negativos, a proposta de tornar livres as crianças que nascessem após a promulgação da lei faz jus ao processo de emancipação gradual que pretendiam, mas vemos que ao impor a matrícula dos escravos possibilitava ao senhor do escravo legalizá-lo como propriedade, o que favoreceu para que aqueles vindos após o ano de 1831 pudessem ser legalizados e não mais tratados como escravos ilegais.

Até que em 1885 um projeto foi apresentado por Manuel Pinto de Sousa Dantas à Câmara dos Deputados, após diversas modificações veio a se tornar a Lei dos Sexagenários, que estabelecia a alforria a escravos com idade superior a sessenta anos, ainda propunha mais diversas questões, como um preço máximo de cada escravo, que variava de acordo com a faixa etária.

A lei de 1885 foi interpretada pelos abolicionistas como uma medida retrograda, cujo propósito era conter o avanço do movimento. Um balde de água fria na fervura, como se chegou a dizer na época. As posições expressas no debate parlamentar, as representações enviadas à Câmara dos Deputados, demonstram que a contenção era mesmo uma motivação importante (MENDONÇA, 2018, p. 299)

Mas podemos ver que o objetivo desta proposta não foi tão bem sucedido, se formos apontar que em 1888 se proclamava a abolição da escravidão no Brasil. Após a Lei de 1871 os ânimos já eram outros, existiam pessoas que estavam interessadas no fim da escravatura, mesmo que de forma gradual, mas aí vemos o papel da divulgação abolicionista, quando a partir da década de 1880 começa intensificar o movimento abolicionista, e a divulgação de ideias através dos jornais, acabam tomando grandes proporções, causando o interesse em pessoas livres, e mesmo com os escravos, mesmo que ocorresse a libertação de forma “ rebelde “, como fugas, etc.

É importante apresentar a causa abolicionista, e ver que este movimento não teve apenas advogados, pessoas livres, mas que os escravos também tiveram grande participação durante este processo, como aponta Albuquerque (2018), após dois momentos marcantes que são a Revolta dos Malês na Bahia, em 1835 e da Revolta de Manuel Congo em Vassouras, em 1838, as pessoas começaram a temer a revolta negra, dessa forma fez com que pessoas influentes como jornalistas, políticos, autoridades passassem a rever a ideia da escravidão, pois se sentiam em perigo diante dos escravos negros e rebeldes.

Os caifases que, como já escreveu Maria Helena Machado, compunham o grupo menos visível da rede abolicionista, cumpriram um papel importante e arriscado nesse desmonte diário e voraz da estrutura escravista: eles recrutavam rebeldes nas próprias senzalas lotadas das fazendas de café da província de São Paulo.“ (ALBUQUERQUE, 2018, p. 351)

Como objetivo principal da presente pesquisa está a questão do debate das Representações sobre a Abolição nas páginas do Jornal *A Redenção*, para análise fora necessário uma contextualização acerca do termo “Representação”, na presente pesquisa fora utilizado o termo de Representações Sociais, que apresenta o seguinte significado:

A teoria das representações sociais se interessaria, dessa forma, por compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e representam o mundo em que vivem. Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço. (SANTOS, 2011, p. 34)

Ainda nesta questão das Representações Sociais: “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990: p.17. apud. SANTOS, 2011, p. 34). Podemos entender que, as representações são dependentes de seu tempo, de sua contextualização, de suas experiências com determinado acontecimento, fato.

Propondo entender as representações sobre a Abolição através do Jornal *A Redempção*, fora necessário uma análise de seus artigos, discursos, para que pudesse entender o que o redator chefe e seus colaboradores queriam transmitir ao povo, quais eram suas ideias, suas visões sobre o fim do cativo, e como viam a questão dos abusos sofridos.

1.2 – Objetivos

O presente artigo teve como objetivo central para o desenvolvimento da pesquisa, o debate sobre as representações acerca do tema da Abolição da escravidão no Brasil, através do Jornal *A Redempção: folha abolicionista, comercial e noticiosa*, fazendo uma análise dos artigos que compõe o jornal. Ainda sim, o artigo conta com alguns objetivos específicos.

Para melhor caracterização do contexto da pesquisa, foram propostos alguns objetivos específicos, para uma contextualização é proposto um debate historiográfico sobre acontecimentos que tiveram influência direta no movimento para o fim do cativo, que fortaleciam os movimentos abolicionistas. Bem como identificar a estrutura do Jornal, a sua materialidade, suas edições, publicações, etc. Por fim, identificar se existem debates entre os colaboradores do Jornal *A Redempção*.

1.3 – Justificativa

Sem dúvidas esta pesquisa trará contribuições importantes para a história da imprensa ao mostrar os debates sobre a abolição através do Jornal *A Redempção*, e apresentar que mesmo diante de um momento que escreviam sobre as entre linhas para apresentarem algumas questões, suas representações não estão separadas de suas posições ideológicas, políticas e do interesse econômico.

Além da contribuição acadêmica, cabe ressaltar também as reflexões sobre as questões sociais, como as condições de trabalho, a exploração, entre outros. É de grande importância cada estudo sobre a realidade da escravidão no Brasil, como propomos nesta pesquisa.

Alinhando assim, outro aspecto que cabe ressaltar é a relevância quanto as contribuições para a história dos escravos no Brasil, principalmente negros africanos. Investigando a história desses escravos através do referencial teórico e das páginas do jornal.

2.0 – MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa está inserida no campo das pesquisas qualitativas, pois propomos uma avaliação das representações que os impressos paulistas fizeram sobre a abolição da escravidão no ano de 1888, como aponta Chartier (1988), analisar estas representações é buscar nelas o que está implícito e o que está subentendido no periódico em análise. Para tal análise, utilizamos da proposta metodológica oferecida pela História da imprensa.

O Jornal escolhido para análise é o *A Redempção: folha abolicionista, commercial e noticiosa*. Para a presente pesquisa pretende-se analisar cerca de 38 exemplares, correspondentes ao ano de 1888. Cada edição do jornal conta com 4 páginas, sendo a última exclusivamente dedicada a anúncios. O periódico está disponível no Acervo Digital do Arquivo do Estado de São Paulo, este jornal proporcionará uma imensa fonte de informações sobre os discursos abolicionistas no estado de São Paulo, o que exige uma minuciosa investigação do periódico por tamanha importância nas práticas abolicionistas.

Ao trabalhar com os periódicos como fonte primária de análise, é preciso estabelecer parâmetros para essa investigação, como afirma Luca (2008) é preciso analisar e compreender os aspectos específicos do jornal, seja eles em questão do material físico, como também uma análise de suas páginas, a diagramação e tudo que compõe o jornal.

O Jornal *A Redenção* trata-se de um periódico que busca propor o debate sobre as questões da escravidão, bem como das formas de se chegarem à abolição da escravidão. Tem seu surgimento no período final da escravidão durante o século XIX, fazendo-se necessário uma análise do contexto social para compreender os debates propostos, como sugere Cruz e Peixoto (2007), é preciso investigar o periódico como um difusor de ideias.

A análise tem sido minuciosa, pois propõe-se relacionar o projeto editorial à sociedade que o periódico está inserido, bem como as formas que ele pretende atingir a sociedade problematizando suas ações enquanto detentores da ideia e uma conexão de temporalidades que possa embasar a perspectiva histórica (CRUZ E PEIXOTO, 2007)

Tem sido feito uma investigação paciente das páginas do periódico, elaborando um fichamento para melhor aproveitamento das fontes durante o desenvolvimento da pesquisa.

Ao elaborar um trabalho utilizando a imprensa como fonte e objeto de pesquisa, assim como qualquer outra fonte, o historiador deve em um primeiro momento, estabelecer uma postura crítica frente ao documento jornalístico. Reconhecer seus limites, problemas e historicidade, é pensar o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época, separados ou conectados ao movimento geral, o que faz de cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias. (LEITE, p. 13, 2015)

Como apresentado no acerto acima, ao investigar o periódico são necessárias algumas interrogações para adentrar o universo do jornal, entre

estas cabe ao historiador buscar informações como quem é o proprietário do periódico, período de produção, o público-alvo e seus objetivos. Este se trata do processo inicial de identificação do periódico, para posteriormente propor uma análise do conteúdo que compõe o jornal.

3.0 – RESULTADOS

Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, buscou alcançar o que foi almejado no plano de trabalho. Entre os processos apresentados foram realizados: Participação no grupo de pesquisa, revisão sistemática da literatura e fichamentos dos textos específicos, coleta de dados parcial do periódico *A Redempção*, Organização e elaboração do relatório parcial.

Com uma investigação do aporte bibliográfico bem estabelecida, buscamos compreender nossa fonte primária, no caso o jornal, sendo o primeiro passo para utilização adequada e compreensão da história dos impressos.

3.1 *A Redempção: folha abolicionista, commercial e noticiosa.*

A criação de um jornal com o intuito de denunciar a escravidão no Brasil, é um grande objeto de estudo para o historiador, podendo analisar nele, as representações sobre a abolição, a escravidão, debates entre partidos políticos. O Jornal *A Redempção*, tinha a seguinte estrutura como podemos verificar na tabela 1

Tabela 1 – Estrutura do jornal.

Edições de Maio de 1888	4 páginas.
Valores das edições de Maio de 1888	60 réis avulso e assinatura mensal 500 réis
Primeira e Segunda Página	Artigos sobre os temas que envolvem a abolição, e um folhetim, denominado “A Cabana do Pae Thomaz”.

Terceira página	Correspondências e as seções fixas do periódico, são elas: “Álbum Abolicionista”, “Crônica de Anos”, “Crônica Negra” e “Crônica da Assembleia”.
Quarta página	Propagandas/Anúncios

Fonte: elaborada pelo autor.

3.2 – Diretores e Conselho Editorial

Desde a fundação do jornal o diretor era o então criador Antônio Bento, líder dos caifazes. Integrava a esfera política, mas também pregava um abolicionismo mais “radical”, por atingir diretamente o povo escravizado, motivando as fugas de seus senhores. O Conselho editorial era parte de uma Associação, como expresso no periódico.

“Nascido na capital da província em 17 de fevereiro de 1843, Antonio Bento matriculou-se em 1864 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, tornando-se bacharel em 1868” (AZEVEDO, 2007, p. 125)

Este grupo manteve o controle do jornal até 06/05/1888, após um pronunciamento na primeira página dizendo que o periódico passava por uma mudança editorial. A abolição era tratada com muita importância, e de uma forma que influenciasse a mais pessoas abraçarem a causa abolicionista, e também de forma que os escravos se sentissem motivados a se libertarem de seus senhores.

A maior mudança que pode ser vista no periódico neste recorte de tempo, é a mudança da redação, desde a fundação do jornal o diretor era Antônio Bento, estando sob sua supervisão de 02/01/1887 até 06/05/1888

Retirou-se da redação desta folha o nosso distinto amigo Dr. Antonio Bento de Souza e Castro. Durante longo tempo auxiliou-nos com a sua inextinguível coragem e resolução, combatendo sem reservas os homens por mais bem colocados que estivessem e as instituições por mais poderosas que fossem, concorrendo assim ao lado de numerosos amigos que nos auxiliaram, e cujo préstimo ainda

solicitamos para o feliz êxito a que chegou a causa abolicionista nesta província. (*A Redempção*, 06/05/1888, p. 1)

Posteriormente ao pronunciamento de mudança na redação do Jornal *A Redempção*, é apresentado em pequeno texto na primeira página do exemplar de número 136 (06/05/1888), que todas as correspondências deveriam ser destinadas a partir de então ao novo redator, Diniz & Sol, e o periódico estava com seu Conselho Editorial sob nova direção, a partir de então, estava sob a edição da tipografia União.

3.3 Colaboradores

Tabela 2 - Colaboradores

Colaboradores	Temas abordados
<ol style="list-style-type: none"> 1. José Vergueiro 2. Júlio César de Araújo 3. João Clapp 4. Arlindo Carneiro 5. João Candido Martins 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fala sobre saques de escravos. 2. Relaciona os escravistas como semi-barbaros. 3. Faz um discurso sobre os problemas enfrentados no processo da abolição. 4. Faz um discurso sobre as ideias da Abolição. 5. Debate acontecimentos no processo da Abolição.

Fonte: Elaborada pelo autor

5.2 – Abolição

O jornal impresso é um veículo de divulgação de ideias, de acordo com as posições políticas, sociais e econômicas dos editores do jornal, assim constituindo suas páginas com conteúdos que interessem os editores, dispostos a transmitirem suas ideias. O Jornal *A Redempção*, se trata de uma folha abolicionista, está que por sua vez foi criada com o intuito ao combate a escravidão, utilizando de suas páginas para apresentar debates sobre a abolição e seus diversos aspectos, e utilizar deste meio como uma forma de denunciar

fazendeiros, capitães do mato, escravagistas no geral, que retardavam a abolição da escravidão.

Para analisar as páginas do periódico, é preciso entender que seus artigos, sua escrita, são frutos de acontecimentos diários que envolvam questões políticas, sociais, econômicas. Na busca de dados, foi perceptível o debate acerca do tema da abolição, em seus diversos aspectos, políticos, sociais e econômicos, mostrando divergentes discursos de acordo com um partido político específico.

Tabela 3 – Abolição

DATA	TÍTULO, AUTOR E PÁGINA	TEMA
08/04/1888	E Dizem que a capital está livre, página 1.	Falsa libertação da capital.
08/04/1888	Liberdades republicanas, página 2.	Análise do partido Republicano.
12/04/1888	Bico ou cabeça?, página 2.	Crítica ao Presidente do Conselho de Ministros.
22/04/1888	Limeira livre, página 2.	Falsa liberdade.
22/04/1888	Ingenuos escravizados, página 2.	Continuação da causa abolicionista.
22/04/1888	Casa branca, página 2.	Falso abolicionista
26/04/1888	Colono negro, página 2, Arlindo Carneiro.	Ideias da Abolição

29/04/1888	Colono negro II, página 2, Arlindo Carneiro.	Ideias da Abolição
03/05/1888	Ybicaba – Adveertencia, página 1, José Vergueiro.	Escravos saqueando seus senhores.
03/05/1888	José do Patrocínio e os Republicanos, página 2.	Projeto de pressão a vadiagem.
06/05/1888	Adhesão, página 1, Júlio César de Araújo.	Adesão a causa do <i>A Redempção</i> .
06/05/1888	Uma barbaridade, página 2, extraído do <i>Correio de Campinas</i> .	Castigos severos aos escravos.
06/05/1888	Caçada de escravas, página 2, extraído do <i>Diário de Campinas</i> .	Polícia opressora.
10/05/1888	Os liberaes e a Abolição, página 1 e 2.	Posição do Partido Liberal.
10/05/1888	A Abollição Condicional, página 2.	Projeto de Abolição imediata.
10/05/1888	Confederação abolicionista da corte, página 2, João Clapp.	Discurso sobre a abolição.
10/05/1888	Garantias individuais, página 2.	Polícia opressora.

10/05/1888	Projeto abolicionista, página 3.	Projeto de abolição escrito pelo Ministro da Agronomia.
10/05/1888	Academia e Abolição, página 3, extraído do <i>Diário Popular</i> .	Ato em prol da Abolição.
13/05/1888	Anúncio, página 1, Dr. Ferreira Barbosa.	Anúncio da disponibilidade de consultas médicas, aos pobres saídos do cativeiro.
13/05/1888	Os que desceram e os que subiram, página 1.	Divergências políticas.
13/05/1888	O Partido Liberal, página 1.	Ideias sobre o partido liberal.
13/05/1888	Leis Compressoras, página 2	Leis acerca da abolição
13/05/1889	Não há ódio de raças, página 1.	Crítica ao partido republicano.
13/05/1889	13 de Maio, página 2, Hipolyto da Silva.	Visão do pós-abolição.
13/05/1890	A Redempção, página 1	O pós-abolição.
13/05/1890	A Recordação histórica, página 2, João Candido Martins.	Debates sobre momentos históricos da luta abolicionista.

Fonte: elaborada pelo autor

4.0 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Percebemos que, a ideia para o fim do cativeiro no Brasil foi desenhado de diversas formas. Os grupos abolicionistas não eram todos alinhados a mesma ideia, cada qual possuía seus interesses, o que nos chamou à atenção é que alguns se aproximavam de ideias escravistas como a proposta de abolição gradual e em contrapartida, os movimentos abolicionistas que defendiam a abolição imediata sem quaisquer condições aos escravos. Durante investigação do referencial bibliográfico foi possível analisar como os embates no processo da escravidão foram decisivos para o fim da escravatura, e como os interesses tanto dos donos de escravos e abolicionistas foram decisivos nas leis que fizeram parte do processo da abolição, que são: Lei de 1831, Lei de 1850, Lei de 1871 e Lei de 1885. É importante analisar as diversas representações acerca da abolição, as quais relatam, de forma detalhada, sobre a escravidão no Brasil, que arruinou a vida de diversos escravos.

Foi possível entender que o jornal permitia o acesso de diversos grupos abolicionistas, desde que tivessem a ideia central que era o fim do cativeiro, dessa forma gerando diversas representações sobre a abolição. As seções fixas do jornal e também outras publicações, como as correspondências enviadas por leitores ao jornal, possibilitou analisar como a escravidão estava acontecendo principalmente no Estado de São Paulo. Finalizada a pesquisa do Jornal, caminhamos para o debate final acerca dos objetivos estabelecidos.

4.1 – *A Redempção: folha abolicionista, comercial e noticiosa.*

O Jornal *A Redempção* foi criado no ano de 1887, por seu antigo redator-chefe Antônio Bento, o periódico apresenta uma linguagem popular, e utilizava de suas páginas como um meio de divulgar suas críticas ao escravismo, com um alto teor denunciatório, principalmente em suas seções fixas. O periódico apresenta suas especificidades, onde existe a abertura para aqueles que defendiam o fim do cativeiro, independentemente de seu partido e posição política. O periódico que antes fora usado como meio para se debater as questões da abolição, mesmo que de forma “censurada” em seu contexto-social,

hoje é fonte de grande importância na análise do processo da abolição no Brasil, no recorte de 1887 e 1888, sua data de criação até a proclamação da abolição.

As representações sobre abolição que encontramos no jornal *A Redempção* certamente contribuí para o debate sobre a Imprensa abolicionista do século XIX. Ao identificar que *A Redempção* aceitava diversas opiniões sobre o fim da escravidão confirmamos o debate que Martins (2008) faz da imprensa abolicionista

Intensa e arrebatadora, posto que sob a pena de talentosos literatos e de inspirados ilustradores, envolveu representantes da elite, das camadas médias urbanas, do funcionalismo público, do segmento estudantil, parte da Igreja e agentes emblemáticos da população negra (MARTINS, p. 36, 2008)

É possível notar que a Imprensa Abolicionista foi dentre este meio a mais intensa, com diversos jornais atuantes para o fim do cativo, como: *Jornal do Commercio*, *Gazeta da Tarde* e, em nosso caso *A Redempção*.

4.2 – Crise

A abolição no Brasil percorreu um longo processo político, marcado assim por dois lados, os abolicionistas motivados a combaterem o fim do cativo e do outro lado a elite política do império, composta por grande parte pró-escravidão. As medidas em prol à abolição da escravidão estavam ligadas a uma pressão feita por terceiros, como no caso da Lei de 1850, que proibiu o tráfico atlântico. Os números do tráfico transatlântico, como aponta Alencastro (2018), em cerca de 14910 viagens nestes três séculos, cerca de 4,8 milhões de escravos aqui desembarcaram.

Lei que fora criada por conta de uma pressão inglesa ao tráfico transatlântico, como forma de desviar o olhar desses ingleses, apresentando uma lei que proibia o tráfico, porém mesmo tendo seu ato proibido, entre 1851 à 1856, como aponta Alencastro (2018) cerca de 6900 escravos africanos desembarcaram em solo brasileiro. Posteriormente, só foram debater novamente sobre estas questões no ano de 1868. Como aponta Alonso (2018), após a abolição no EUA e no andamento nas colônias espanholas, o Brasil

caminhava à ser o único país escravista das Américas, o que acabou gerando uma crise política por conta dos debates da abolição, este debate estava dividido de acordo com o desenho de cada partido para o fim da escravidão, seja o projeto progressista ou imediato, divergentes em cada partido político, liberais, conservadores e republicanos.

“Nesse contexto de mudança e crise surgiu o primeiro ciclo de mobilização abolicionista. Entre 1868 e 1871, dissidentes da elite imperial e apadrinhados criaram 25 associações antiescravistas em onze províncias.” (Alonso, p. 379, 2018).

Estes debates políticos foram responsáveis por grandes mudanças também nos partidos políticos, gerando divergências no mesmo partido, cada grupo com sua ideia para o fim da abolição e também suas diversas opiniões nos debates.

As questões abolicionistas tomaram ainda mais força no ano de 1883, com a criação da Confederação Abolicionista (CA), por José do Patrocínio e André Rebouças, como aponta Alonso (2018), ainda apresentaram um manifesto pró-abolição imediata sem qualquer indenização. Vemos dois nomes de integrantes de divergentes partidos, compartilhando de ideias abolicionistas, Rebouças liberal, e Patrocínio republicano.

Nas páginas do jornal *A Redempção* são publicados artigos com debates acerca das questões da abolição por divergentes partidos, como no artigo do dia 10/05/1888, intitulado “Os Liberaes e a Abolição”, visto que além de fazerem uma análise do partido em si, mas também sobre os seus ideias sobre a abolição, “os liberaes abolicionistas do senado não descançavam, já oferecendo novos projectos abolicionistas, já censurando a política compressor do governo no intento de manter uma lei barbara, cruel e anti-Christã” (Liberaes e a Abolição, p. 1, *A Redempção*, 10/05/1888).

Por parte dos republicanos vemos um artigo intitulado “Liberdades Republicanas”, onde é posto em debate os ideias republicanos diante o povo, bem como sua visão a instituição escravista, comprovando a existência de divergências nos partidos, temos a figura de José do Patrocínio um abolicionista

ativo à causa, e por outro lado republicanos que compactuavam com as ideias escravistas, “Quanto ao abolicionismo, os republicanos tem dado os mais tristes exemplos de quanto amam a instituição mais barbara que tem o Brazil” (Liberdades Republicanas, p. 2, *A Redempção*, 08/04/1888).

4.3 – Lei dos Sexagenários

Posteriormente a criação da CA, a sociedade brasileira passava por uma tensão nos debates políticos, a problemática da escravidão estava sendo cada vez mais debatida, o fim do cativeiro era necessário e precisava acontecer, não mais com restrições.

Com todas estas tensões, no ano de 1884 empossou-se um novo ministério, este liderado pelo senador liberal Manuel Pinto de Sousa Dantas, Saba (2008) aponta que, o senador apresentou um projeto que visava o fim da problemática da questão servil. O projeto propunha os seguintes termos:

- “1) a matrícula obrigatória de todos os escravos do império;
- 2) a libertação imediata e sem indenização dos escravos com mais de 60 anos;
- 3) a declaração pelo senhor, no ato da matrícula, do valor de seus escravos, não podendo este ultrapassar um teto fixo que variaria conforme a idade do escravo (800\$ para os mais jovens de 30 anos, 700\$ para aqueles que tivessem entre 30 e 40 anos, 600\$ para aqueles entre 40 e 49 anos e 400\$ para os quinquagenários);
- 4) o estabelecimento de um imposto anual sobre cada escravo de 5% nas principais cidades do Império, 3% nos demais municípios e 1% em outros lugares;
- 5) a criação adicional de 6% sobre todas as contribuições que compunham as rendas do Estado;
- 6) tanto o imposto sobre o valor dos escravos quanto a taxa de 6% passariam a compor o fundo de emancipação (criado pela Lei do Ventre Livre)” (Saba, p. 23, 2008)

Estes termos não foram recebidos com bons olhos no parlamento, os integrantes dos movimentos escravistas viam que estas propostas resultariam num aceleração da abolição, o que não era algo do interesse dos escravistas, foi votada por minoria conservadora e auxílio de alguns liberais. Os abolicionistas não desistiram, mesmo que tivessem sofrido uma derrota parlamentar no debate

da lei, tornando o projeto uma releitura pelo senador José Antonio Saraiva, que fez do projeto uma lei cujo objetivo não era a abolição concreta, mas uma prolongação deste processo, para que a abolição fosse gradual e que fortalecesse as ideias escravistas.

A Lei dos Sexagenários foi então uma lei que garantia a liberdade dos escravos com 60 anos de idade ou mais, porém no primeiro tópico desta lei, propunha a rematrícula de todos os escravos do império, que permitia que os senhores de terras, pudessem legalizar seus escravos, fazendo com que, aqueles que fossem escravos “ilegais”, pudessem ser registrados dando autonomia ao senhor. A Lei dos Sexagenários não surtiu real efeito a sociedade, se formos analisar que após 3 anos da promulgação da Lei, ocorrerá a libertação dos escravos no Brasil, a então Lei Auréa.

Nas páginas do periódico podê-se ver a clara posição em relação a abolição, o periódico defende a abolição imediata, não enxerga o desenvolvimento do país sendo erguido a mãos escravas, do trabalho arduo imposto a estas pessoas e denuncia todos aqueles que são contrários a esta causa.

“Apoiar a ideia principal do projeto, cooperar para a abolição imediata e incondicional, é evitar a ilusão dos direitos do escravo, restituído a liberdade.” (A *Redempção*, p. 2. 10/05/1888).

Representando assim, a ideia da abolição imediata, sem quaisquer condições aos ex-escravos, sendo o fim do cativeiro uma atitude imediata, livrando não apenas os escravos das mãos dos senhores, mas também libertar o Brasil deste derramamento de sangue e opressão aos inocentes.

4.4 – Representações da Abolição

A *Redempção* como um Jornal Abolicionista, cujo Redator Chefe era idealizador da Ordem dos Caifazes¹, apresentava em suas páginas um alto teor

¹ Os caifazes eram formados principalmente por tipógrafos, artesãos, pequenos comerciantes e ex-escravos. A atuação do grupo consistia em organizar e planejar em conjunto aos escravos das fazendas e das cidades **fugas em massa**, garantindo ainda condições para os

denunciatório e atuante intenso no processo da Abolição, durante os anos de 1887 e 1888.

O conjunto de publicações que denunciavam a escravidão e atuação deste jornal mostravam as representações sobre a abolição naquela época como no artigo intitulado “Colono Negro I”, publicado no dia 26/04/1888, pelo colaborador Arlindo Carneiro, apresentamos o seguinte excerto:

Em outro paiz ou em outro governo a ideia da abolição devia partir de um representante, mas infelizmente para o nosso e honrosamente para a pátria da independência nacional, toda a iniciativa proveio do poder e orgulho de seus denodados filhos.”
(*A Redempção*, 1888)

Apresentando uma ideia de que a libertação dos escravos deveria ser primeiro uma atitude dos representantes do povo, do Estado, mas que se deu através da iniciativa do povo, da revolta dos escravos, de parte de pessoas livres etc.

Em outro exemplar do Jornal, publicado no dia 10/05/1888 às vésperas da assinatura da Lei Áurea, no artigo intitulado “A abolição condicional”, contém a seguinte frase: “Estabelecer condições é negar em substancia o princípio abolicionista.”, mostrando que, através dos artigos do jornal, representavam o fim da abolição como um processo que não deveria ser condicional, ou seja, não deveria haver restrições, condições, o fim do cativo deveria ser direto, imediato, sem quaisquer condições impostas aos escravos, é importante ressaltar a questão de não haver condições aos escravos, pois nos projetos contrários à abolição imediata traziam em seus critérios, a prestação de serviços aos seus ex senhores por um determinado período, o que permitia que seus “ex senhores” gozassem de mais um período de tempo com o trabalho escravo.

O periódico em seus artigos apresenta uma fiel visão ao fim do cativo imediato, e critica todos aqueles que pensam a abolição com qualquer tipo de condição, sendo inaceitável qualquer tipo de condição estabelecida aos

escravos. No artigo intitulado “O projecto abolicionista” publicado no dia 10/05/1888, é apresentado um projeto pelo Ministro da Agricultura, que trazia os seguintes artigos “ART. 1°. Fica extincta a escravidão no Brazil.”, “ART. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.” Confirmando a representação da abolição de forma que seja imediata.

Como é apresentado por Chartier (2002) as representações sociais estão ligadas ao seu tempo, pois estas são construções de suas realidades sociais, desta forma é possível identificar nas páginas do periódico a opinião e visão dos acontecimentos da época por parte do editorial do jornal, bem como seus diversos colaboradores e outros jornais da época, demonstrando ser um real jornal abolicionista com seus projetos em prol ao fim do cativo, bem como a atuação do grupo dos caifazes que era liderada pelo então criador do jornal Antônio Bento, podendo afirmar fiel atuação a causa abolicionista. E este trazia em suas páginas suas representações acerca da abolição, viam esta instituição como o mal do país, algo que não pode ser aceito, muito menos justificado, a instituição escravista devia ser extinta para que o país pudesse se libertar deste mal que perdurou por tantos anos.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve o intuito de estabelecer um debate acerca das questões da Abolição da Escravatura no Brasil, para isso fora utilizado um jornal da época intitulado *A Redempção: folha abolicionista, commercial e noticiosa*, no qual fora investigado tanto o contexto do período, bem como as representações sobre a abolição da escravidão. Figurando tamanha importância para o estudo da escravidão no Brasil, contribuindo com o debate de questões políticas e sobre a imprensa no império.

Os objetivos propostos na pesquisa foram atingidos, foi possível estabelecer uma discussão acerca das representações sobre a abolição nas páginas do periódico *A Redempção*, buscando compreender como o editorial do jornal, bem como seus colaboradores e pessoas da época pensavam o fim da escravidão, de acordo com os interesses de cada um, bem como uma

estruturação do periódico e uma contextualização proposta na revisão bibliográfica.

Em suas páginas o jornal apresentou diversas ideias em prol a abolição imediata, defendeu a causa abolicionista de diversas formas, no meio legal através das discussões políticas, mas também com uma intensa participação nas organizações de fugas de escravos, etc. Representavam a abolição como a causa mais necessária no momento, insistiam dia após dia na extinção da instituição escravista que derramava sangue por todo território brasileiro, em suas páginas foram grandes denunciadores das opressões sofridas pelos escravos, as agressões, torturas, prisões, bem como em uma de suas seções fixas, que apresentavam todos os dias uma grande lista de nomes de senhores de escravos, fornecendo até a quantia de escravos que estes tinham em suas residências.

A pesquisa trouxe junto à ela algumas dificuldades para sua execução, os exemplares do periódico estão disponíveis no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo, porém por se tratar de um periódico de 134 anos, não são todas suas páginas que estão totalmente legíveis, dificultando algumas interpretações de determinados artigos, mas que apresenta uma grande gama de informações e conhecimentos no contexto da escravidão. Num futuro é possível maior análise do periódico em geral, foram analisados apenas dois meses de existência do mesmo.

A pesquisa trata de um importante debate sobre a Abolição, que fora marcado por um período de diversos interesses políticos partidários acerca do cativo, de um lado escravocratas, do outro os abolicionistas, lutando dia a dia pela continuação ou fim da escravidão, e ainda sim, analisar a visão das pessoas da época acerca destas questões.

FONTES

Jornal A Redenção, São Paulo, 02 jan. 1887 – 13 mai. 1888. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camilla. **Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX.** *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 2, n. 3, p. 115-136, 23 set. 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **Movimentos sociais abolicionistas.** *In: DICIONÁRIO da Escravidão e Liberdade.* [S. l.]: Companhia das Letras, 2018. p. 346 - 352.

ALENCASTRO, Luíz Felipe de. **África, números do tráfico atlântico.** *In: DICIONÁRIO da Escravidão e Liberdade.* [S. l.]: Companhia das Letras, 2018. p. 56 - 63.

ALONSO, Angela. **Processos Políticos da Abolição.** *In: DICIONÁRIO da Escravidão e Liberdade.* [S. l.]: Companhia das Letras, 2018. p. 378 - 385.

AZEVEDO, Elciene. 2007. **“Antonio Bento, Homem Rude Do sertão: Um Abolicionista Nos Meandros Da justiça E Da política”.** *Locus: Revista De História* 13 (1). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20657>.

CARDIA, Mirian Lopes. **Lei do Ventre Livre.** 2017. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/736-lei-do-ventre-livre>. Acesso em: 29 mar. 2020.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações.** 2 ed. Miraflores: DIFEL, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa**. São Paulo, 2007, p. 253, Projeto História, n. 35.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; GRINBERG, Keila. **Lei de 1831**. In: DICIONÁRIO da Escravidão e Liberdade. [S. l.]: Companhia das Letras, 2018. p. 300 - 306.

MARQUESE, R. DE B. **Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX**. Sæculum – Revista de História, n. 29, 31 dez. 2013.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina De. **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Legislação emancipacionista, 1871 E 1885**. In: DICIONÁRIO da Escravidão e Liberdade. [S. l.]: Companhia das Letras, 2018. p. 292 - 299.

NINA, Carlos Homero Vieira. **Escravidão, ontem e hoje: aspectos jurídicos e econômicos**. Brasília: ISBN, 2010.

OTSUKA, Alexandre Ferro. **A Concessão de liberdades condicionais em massa pelo prisma do jornal abolicionista A Redenção (1887-1888)**. Universidade do Paraná, p. 1-13, 2015.

SABA, Roberto. **A lei dos sexagenários e a derrota política dos abolicionistas no Brasil-Império**. *História Social*, (14/15), 21-33. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/122>.

SANTOS, D. V. C. dos. (2014). **Acerca do Conceito de Representação**; Rth, 6(2), 27-53. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974>

SANTOS, Artur Tranzola; MAGALHÃES, David Almstadter. **Relações Brasil-Inglaterra pós-1845 e o tráfico de escravos: Bill Aberdeen e a Lei Eusébio de Queirós**. Revista de Iniciação Científica da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1 - 17, 2013.

TEORIA, METODOLOGIA E POSSIBILIDADES: OS JORNAIS COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA. (1). *Escritas: Revista Do Curso De História De Araguaína*, 7(1), 03-17. <https://doi.org/10.20873/vol7n1pp03-17>

ZICMAN, Renée B. **História através da Imprensa**: Algumas considerações metodológicas. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985.

ANEXOS

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CARTA DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO AO CEP OU CEUA

A

COORDENADORIA DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USC

Informo que não é necessária a submissão do projeto de pesquisa intitulado "Imprensa e Política: representações sobre a Abolição nas páginas do Jornal *A Redenção* (1887 a 1888)", ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) ou à Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) devido ser uma pesquisa que utilizará acervo disponível e público no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

Nome do Docente

Bauri, 30/03/2020

